

**HONNETH, Axel. *Die Idee des Sozialismus. Versuch einer Aktualisierung*. Berlin: Suhrkamp, 2015, p. 166 (ISBN 9783518586785)**

## RESENHA

**ALESSANDRO PINZANI<sup>1</sup>**

*(Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)*

Em 2011, Axel Honneth publicou *O direito da liberdade*,<sup>2</sup> que pode ser considerado seu *opus magnum* ao lado de *Luta por reconhecimento*, de 1993.<sup>3</sup> O livro recebeu várias críticas; em particular, seu autor foi acusado por alguns comentadores de ter renunciado “à perspectiva crítica de uma transformação da ordem social existente”, como afirma o próprio Honneth no prefácio do seu novo livro, intitulado significativamente *A ideia do socialismo* (p. 12). Este tipo de crítica motivou o filósofo alemão a escrever um texto no qual apresentar uma tentativa de “atualização” das ideias fundamentais do socialismo (como já afirma o subtítulo da obra) e de mostrar que a celebração da liberdade contida no livro de 2011 não significa de forma nenhuma uma aceitação do *status quo*. O resultado é este livro relativamente curto (se comparado a *O direito da liberdade*, com suas mais de seiscentas páginas), que provavelmente está destinado a suscitar ainda mais críticas e objeções do que o seu predecessor, uma vez que, longe de limitar-se a um diagnóstico do presente e da sociedade capitalista contemporânea, como em 2011, o autor pretende apresentar possíveis estratégias de transformação de tal sociedade – estratégias que, possivelmente, irão desagradar tanto os defensores do capitalismo em sua forma atual, quanto os que propõem um ideal de revolução ou de mudança radical do presente sistema econômico. Embora não seja necessário ter lido os livros anteriores de Honneth, o leitor que possua familiaridade com eles reencontrará no presente livro alguns dos seus temas e conceitos centrais, como a noção de reconhecimento ou a tripartição entre uma esfera das relações íntimas, uma das relações econômicas e uma das relações políticas democráticas.

Honneth faz primeiramente uma reconstrução crítica das posições teóricas que adotaram ou receberam o adjetivo de socialistas (de Saint-Simon a Proudhon, de Marx à social-democracia alemã do início do século XX), para, em seguida, apontar as correções que

considera necessárias para atualizar a ideia de socialismo. Em consequência disso, os quatro capítulos do livro podem ser vistos como formando duas partes: os primeiros dois apresentam e criticam, respectivamente, as teorias socialistas clássicas, enquanto os últimos dois contêm as propostas de atualização avançadas pelo próprio Honneth. Em geral, o autor reconhece a validade do motivo principal que anima os teóricos socialistas clássicos, que ele denomina de “pais fundadores” do socialismo. Tal motivo é identificado pela tentativa de conciliar entre si os três valores centrais da Revolução Francesa, a saber, liberdade, igualdade e fraternidade. Enquanto a sociedade burguesa e capitalista saía de tal evento e do período napoleônico negligenciou as últimas duas em prol de uma liberdade entendida em sentido meramente individualista e egoístico, os socialistas clássicos apresentaram modelos de sociedade baseados na introdução de mecanismos econômicos que criassem igualdade material e não meramente formal e que estabelecessem entre os indivíduos laços de solidariedade (ou seja, segundo Honneth, de fraternidade). À ideia de liberdade interpretada em sentido individualista e egoístico Honneth já tinha oposto no livro de 2011 a noção de liberdade social, ou seja, a ideia de que os indivíduos só podem realizar plenamente sua liberdade individual no contexto de uma interação com os outros membros da sociedade que não seja meramente instrumental, mas solidária. Em outras palavras, longe de constituir o limite à minha liberdade ou até um obstáculo a ela, os outros me oferecem as condições materiais para que eu possa exercer concretamente minha liberdade. Veremos como Honneth reinterpreta a ideia de socialismo como a tentativa de substituir a visão individualista de liberdade por esse ideal de liberdade social.

A *pars destruens* se oferece, inevitavelmente, a objeções de caráter filológico ou hermenêutico, particularmente no que diz respeito à leitura que Honneth faz de Marx, uma vez que importantes elementos da teoria marxiana (por ex. a teoria da mais-valia) são negligenciados e também porque são atribuídas a Marx posições muito rígidas em relação à necessidade histórica do fim do capitalismo e ao papel do proletariado, que são presentes em obras como o *Manifesto*, mas não em outras obras da maturidade. Contudo, tais objeções não afetam, a meu ver, o diagnóstico geral honnethiano das causas do fracasso teórico, antes que prático, do socialismo “histórico”. As causas de tal fracasso são identificadas pelo autor em três premissas presentes em todas as variantes históricas do socialismo. A primeira e mais relevante, por suas consequências teóricas e práticas, é a fixação numa explicação monocausal dos fenômenos negativos que resultam da exclusão dos ideais de igualdade e fraternidade e que podem ser resumidos pelos termos exploração e opressão. A explicação monocausal

consiste em buscar a origem de tais fenômenos exclusivamente na esfera econômica, mais especificamente nas relações de propriedade dos meios de produção. Por isso, a solução de todos os problemas é identificada pelos autores clássicos do socialismo com a abolição da propriedade privada de tais meios e com a superação do capitalismo (geralmente através de uma revolução violenta). Contudo, observa Honneth, essa *reductio ad oeconomicum* resulta numa cegueira teórica e prática dos aspectos positivos do processo de emancipação jurídica e política iniciado pela classe burguesa, uma vez que dele resultaram a criação das modernas democracias liberais e a instituição de direitos civis e políticos que representam um elemento central da liberdade individual. Os socialistas clássicos (por ex. Marx em *A questão judaica*) tendiam a ver tais direitos como meros instrumentos através dos quais os burgueses conseguiram impor sua visão de mundo e defender seus interesses (começando pelo direito à propriedade). Em consequência disso, eles relativizaram a importância que os direitos tiveram para os indivíduos, inclusive para os proletários, na conquista de espaços cada vez maiores de liberdade. Além disso, eles tenderam a negligenciar a esfera da política, que consideravam mera supraestrutura da base econômica da realidade social. Assim, lhes faltaram os instrumentos teóricos para pensar a política e elaborar uma teoria da democracia radical, que fosse complementar à do Estado liberal de direito e que permitisse defender a importância dos direitos políticos e sociais ao lado dos direitos civis, aos quais os autores liberais atribuem a primazia.

As outras duas premissas problemáticas derivam da primeira, embora não sejam consequências lógicas dela. A segunda diz respeito à identificação do proletariado como o único sujeito capaz de realizar a esperada transformação econômica e social, ou seja, como o único sujeito revolucionário. A primazia atribuída à esfera econômica e aos conflitos gerados nela pelo sistema capitalista leva os “pais fundadores” a colocar no centro de suas reflexões exclusivamente os interesses dos proletários enquanto vítimas da exploração por parte dos capitalistas e da alienação resultante do regime de trabalho característico do capitalismo. Nesta visão restrita, os proletários deveriam, graças à atividade esclarecedora dos teóricos e dos partidos socialistas, tornar-se conscientes de seus reais interesses e formar um grupo compacto capaz de realizar uma transformação revolucionária da sociedade. Este diagnóstico se demonstrou errado muito cedo, uma vez que o proletariado não alcançou o nível de consciência de classe desejado: antes, ele foi conformando-se cada vez mais à sua situação, graças também às melhorias salariais e a melhores condições de trabalho (inclusive em termos de redução da jornada de trabalho), que ele conseguiu conquistar por meio de duras lutas sindicais (que não visavam a abolir o capitalismo, mas a melhorar a situação dos

trabalhadores). Uma vez que seu nível de bem-estar aumentou consideravelmente, os trabalhadores não viram mais razões para abolir um sistema que lhes garantia uma qualidade de vida antes impensável. Esta ‘defecção’ dos proletários deixou os teóricos na incapacidade de imaginar quem poderia realizar a esperada revolução socialista. Além disso, o foco no proletariado impediu os “pais fundadores” de levar em conta os interesses de outros grupos (mulheres, minorias etc.) e as exigências normativas avançadas por eles, uma vez que estas não diziam respeito à dimensão estritamente econômica, mas à do reconhecimento (aqui Honneth retoma um tema que perpassa sua obra desde *Luta por reconhecimento* até *O direito da liberdade*, passando pela polêmica com Nancy Fraser em *Redistribuição ou reconhecimento?*).<sup>4</sup>

A terceira premissa diz respeito à inevitabilidade do fim do capitalismo, que os “pais fundadores” consideravam como fadado a ruir por suas contradições internas ou pelo esforço revolucionário do proletariado, ou ainda por uma mistura dos dois fatores. Eles dispunham de uma filosofia da história que os levava a acreditar na necessidade desse evento e a negligenciar a capacidade de transformação e regeneração do sistema capitalístico (também esta crítica não representa nenhuma novidade, como reconhece o próprio Honneth). Essa posição levou a um dogmatismo em relação ao futuro, que só podia apresentar-se na forma da superação do capitalismo e na instauração de um regime socialista que acabou sendo pensado como a pura e simples inversão do capitalismo: se esse era caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção e pela presença de uma multiplicidade de indivíduos agindo cada um de forma egoísta e não coordenada com os outros, no sistema econômico socialista os meios de produção pertencerão à coletividade e haverá uma planificação centralizada de maneira a coordenar entre si as ações dos indivíduos e das empresas. O fracasso das economias planejadas nos países socialistas mostra a inviabilidade deste modelo, quando implementado sem levar em conta outras opções e sem considerar as condições históricas e econômicas da época. O dogmatismo em relação à forma que a futura sociedade socialista deveria assumir impediu que os “pais fundadores” adotassem uma postura de abertura para outras alternativas e para experimentos sociais, nos moldes do experimentalismo democrático e pragmatista defendido por John Dewey, ao qual Honneth dedica um espaço considerável.

As críticas às três premissas do socialismo clássico deixam antever as propostas de Honneth, que se inspiram em três ideias correspondentes: Para evitar a *reductio ad oeconomicum* é necessário que os teóricos do novo socialismo incluam em sua visão outras esferas além da econômica, a saber, a das relações afetivas e a da política (evidente, neste

ponto, o recurso à tripartição realizada em *O direito da liberdade*); os teóricos do novo socialismo deverão, em segundo lugar, levar em conta outros sujeitos, não apenas o proletariado, ampliando a noção de exploração e opressão além da esfera estritamente econômica, de maneira a incluir fenômenos de falta de reconhecimento; finalmente, os teóricos do novo socialismo deverão assumir uma atitude inspirada pelo experimentalismo pragmatista *à la* Dewey, em vez de oferecer modelos de sociedade engessados de antemão pelas suas teorias.

Antes de entrar numa breve análise crítica da proposta de Honneth, cabe ressaltar dois pontos problemáticos. O primeiro diz respeito à forma expositiva, que, contrariamente ao que acontecia nas outras obras do autor, é pouco fluida, particularmente por causa das muitas repetições, que não favorecem a leitura e suscitam a impressão de que faltou *editing* por parte da Suhrkamp e do próprio Honneth. O segundo ponto, mais relevante do ponto de vista teórico, diz respeito a algumas imprecisões na definição de conceitos centrais, como o de sociedade e de capitalismo (e, portanto, de sociedade capitalista). O primeiro termo é utilizado ao longo do livro de forma muito vaga, embora seja claro que o autor se refere, em geral, às sociedades complexas dos países economicamente mais avançados (EUA, Europa, Canadá) e, no máximo, de alguns países em desenvolvimento (como o Brasil); contudo, existem sociedades mais ou menos desenvolvidas economicamente em sentido capitalista, que permanecem ligadas a valores tradicionais diferentes dos das primeiras e não atribuem o mesmo peso à liberdade individual (Japão, China, Índia, Rússia etc.). Como já em *O direito da liberdade*, Honneth não situa geopoliticamente seus diagnósticos e seus prognósticos, de modo que o leitor fica com a impressão de que a sociedade em questão seria primeira e principalmente a alemã ou europeia atual, apesar de o autor usar o termo em forma genérica e não mencionar explicitamente nenhuma sociedade concreta. Igualmente, ele não vai além de uma genérica oposição entre capitalismo neoliberal e economia social de mercado, que não faz justiça às variantes de capitalismo realmente existentes (por outro lado, vale ressaltar que a mesma tendência à simplificação e à oposição de dois modelos básicos de capitalismo se encontra na abordagem mais popular atualmente entre os economistas, a saber, a teoria denominada *Varieties of Capitalism*).<sup>5</sup> Esse último déficit de definição é particularmente grave para um livro que pretenda oferecer estratégias para ir além do capitalismo, uma vez que é difícil imaginar uma alternativa concreta a um sistema econômico sem tê-lo antes definido com clareza.

A *pars construens* é articulada em dois capítulos, o terceiro e o quarto do livro. O terceiro é dedicado ao experimentalismo histórico de cunho pragmatista. Nele Honneth afirma

explicitamente que “hoje em dia, o socialismo, se quiser ter um futuro, pode ser revitalizado somente em forma pós-marxista” (p. 87), ou seja, renunciando às três premissas problemáticas, e abrindo-se para “formulações mais abstratas e mais adequadas ao nosso tempo” (ibid.). Honneth reconhece que “hoje o mercado capitalista apresenta de novo uma imagem que parece corresponder exatamente a todas as tendências de desenvolvimento previstas por Marx” e que “o prognóstico marxiano de uma ‘subsunção real’ de todos os âmbitos de vida ao capital parece realizar-se aos poucos” (p. 93), mas não vê nisso nenhuma razão para acreditar que as coisas devam necessariamente permanecer assim, uma vez que no passado já foram diferentes, por exemplo no período da economia social de mercado. Como em *O direito da liberdade*, Honneth aponta para o fato de que a situação presente não é a consequência inevitável de um desenvolvimento necessário do capitalismo, mas o resultado daquilo que, em 2011, ele denominava de “desenvolvimento falho” (*Fehlentwicklung*), uma vez que a história poderia ter tomado outro rumo, se diferentes decisões políticas tivessem sido tomadas. A questão, porém, é que, se olharmos a história do capitalismo desde suas origens até o presente, nos depararemos com um caminho muito linear em direção à acumulação da riqueza em poucas mãos e à criação de uma massa cada vez mais ampla de indivíduos desempregados e desempregáveis (já que a produção de mercadorias e de riqueza financeira não precisam deles), como demonstrado recentemente por Picketty,<sup>6</sup> entre outros, enquanto o período de triunfo da economia social de mercado ou do capitalismo renano, com seu modelo de cogestão, representa antes um desvio temporário deste caminho muito linear – desvio que se inverteu com grande rapidez depois da queda do muro de Berlim (evento que Honneth deixava de lado em suas análises históricas de 2011 e negligencia também no presente livro). Honneth tem razão em chamar nossa atenção para o fato de que outro rumo é possível, mas ele desconsidera quais foram as condições que possibilitaram o mencionado desvio, a saber, a presença de uma classe trabalhadora fortemente organizada e consciente de seus interesses (embora não se tratasse do proletariado revolucionário teorizado pelos clássicos do socialismo), bem como a existência de um modelo econômico e político, o do socialismo real, que na época era considerado genuinamente alternativo ao modelo capitalístico por uma parte relevante da mencionada classe trabalhadora. Essas condições obrigaram ‘os donos do poder’ econômico e político a fazer concessões importantes aos trabalhadores, em termos de direitos sociais e trabalhistas e de melhorias salariais e de serviços sociais públicos. Com o desaparecimento do modelo alternativo, a consequente desmoralização e desmobilização dos partidos socialistas, bem como a desorganização e o

esvaziamento dos sindicatos, as conquistas foram aos poucos sendo retiradas e se voltou ao desenvolvimento originário, interrompido bruscamente pela crise de 1929 e, sobretudo, pela exigência de fazer concessões à classe trabalhadora para segurar sua lealdade ao modelo capitalístico e democrático-liberal durante um período de alta instabilidade econômica e política marcado pela crise mundial dos anos trinta, pela Segunda Guerra Mundial e pela Guerra Fria. Uma vez que tal exigência desapareceu, voltou-se ao *business as usual* e não me parece, no momento, que haja condições materiais para inverter essa tendência ou levar a outro ‘desvio’ benéfico para as massas. Honneth acredita, pelo contrário, que seja possível realizar experimentos sociais que conduzam a “soluções melhores e mais estáveis” (p. 99), com a condição de que as pessoas afetadas pelos respectivos problemas sejam incluídas de maneira cada vez maior. A inclusão no processo comunicativo e decisório de parcelas da população até agora excluídas, isto é, a “emancipação das limitações, que até então tinham impedido uma participação igualitária de todos ao processo de autoconstituição social” representaria uma “realização da liberdade” no sentido da liberdade social, não meramente egoístico-individual e, portanto, uma conciliação entre si dos ideais de liberdade, igualdade e solidariedade (p. 100 ss.).

A proposta de Honneth, portanto, é a de realizar uma dupla operação. Por um lado, é necessário fazer uma verdadeira crítica da ideologia (embora o autor não use este termo), a fim de libertar o conceito de mercado das garras das teorias econômicas *mainstream*, que querem identificar economia de mercado e capitalismo e, portanto, negar a existência de alternativas ao capitalismo, uma vez que isso significaria a abolição do mercado (isso não somente seria impossível, mas não seria sequer desejável). Por outro lado, o socialismo deveria propor formas alternativas, como a mencionada economia social de mercado ou formas de economia solidária que não renunciem ao mercado. Honneth não fala muito sobre tais alternativas, mas isto é coerente com sua insistência na necessidade de realizar experimentos sociais a partir da participação de um número cada vez mais amplos de pessoas. Se ele oferecesse uma solução concreta, cairia no mesmo erro do qual acusa os “pais fundadores”, a saber, o de imaginar uma única alternativa ao capitalismo (por ex. uma economia com planejamento central).

O quarto capítulo é dedicado à ideia de uma forma de vida democrática. Como vimos, Honneth critica os “pais fundadores” por sua “cegueira jurídica” (p. 127) e por não terem dado a devida importância às potencialidades emancipatórias e democráticas dos direitos individuais. De modo mais geral, eles teriam sido incapazes de imaginar que a ideia de liberdade social poderia ser aplicada não somente na esfera econômica, mas também na esfera

privada das relações afetivas e na esfera pública da vida democrática e da participação política. Neste contexto, Honneth recorre à ideia da democracia como forma de vida (e não como mero regime político), ou seja, como forma de convivência social, na qual todos os indivíduos “contribuem de maneira cooperativa à resolução das tarefas necessárias, em seu conjunto, para manter sua comunidade”, e fazem isso num espírito de solidariedade que perpassa “suas relações pessoais, econômicas e políticas” (p. 144). O resultado deveria ser “a sociedade do futuro”, que “não deveria ser vista como uma ordem dirigida centralmente pelas relações de produção, mas como uma totalidade orgânica de círculos funcionais independentes, mas que cooperam em vista do mesmo fim [a reprodução social], e nos quais, por sua vez, os membros [da sociedade] podem agir uns em relação aos outros em liberdade social” (p. 146). O lugar no qual se deveria discutir as possíveis alternativas ao capitalismo atual será a esfera pública (*Öffentlichkeit*), que representa “o único lugar no qual as denúncias de condições abusivas provenientes dos diferentes cantos da comunidade política podem ser articuladas de maneira clara para todos” (p. 151). Honneth reconhece que a esfera pública não possui limites claros e demonstra uma “atenção descontínua para os temas e as perspectivas mais diferentes” (p. 153), mas vê nisso uma “vantagem”, justamente por permitir que uma pluralidade de temas seja considerada e que múltiplas vozes sejam ouvidas. Igualmente, reconhece que a esfera pública permanece sempre atrás (do ponto de vista temporal) do desenvolvimento fatural das coisas. Em outras palavras: a atenção da esfera pública para certos problemas se manifesta somente depois que eles assumem proporções preocupantes. Contudo, para ele, isso é inevitável, e a alternativa seria a de confiar no paternalismo das elites e na ideia de vanguardismo político de uma minoria de indivíduos esclarecidos.

Enquanto a *pars destruens* do livro (a reconstrução das teorias socialistas clássicas) é muito convincente, a *pars construens* deixa muitas questões em aberto. Por um lado, Honneth está certo em salientar a necessidade (para uma teoria crítica da sociedade) de levar em conta outras formas de exploração e opressão que não as econômicas e em abrir-se para a dimensão política da participação no processo decisório democrático. Por outro, sua proposta parece carecer de sensibilidade para as possíveis distorções ideológicas da esfera pública, uma vez que, como ele mesmo reconhece, considerações de caráter econômico se tornaram predominantes. Em outras palavras, os participantes da esfera pública são frequentemente vítimas daquela ideologia economicista que leva a naturalizar o *status quo* sob o lema “*there is no alternative*” e a identificar economia de mercado e capitalismo *tout court*. Não fica claro, na leitura do livro, como Honneth pensa lidar com a dificuldade de conciliar esta

cegueira ideológica da maioria da população e o papel esclarecedor dos teóricos críticos do novo socialismo, uma vez que ele rechaça o modelo tradicional do partido socialista como vanguarda ideológica. Honneth renuncia à ideia de que o proletariado seja o sujeito político da transformação da sociedade capitalista em sociedade socialista e identifica na esfera pública o ator dessa mudança, mas, como o proletariado não representava uma classe homogênea e consciente de seus interesses, contrariamente ao que acreditavam os “pais fundadores”, da mesma forma a esfera pública é um sujeito difícil de ser definido, que perde facilmente atenção para certas temáticas e que só sabe reagir aos problemas quando eles se manifestam de forma dramática, como reconhece o próprio Honneth.

Igualmente, Honneth parece subestimar a influência decisiva que interesses econômicos específicos e uma mídia sempre menos independente e cada vez mais porta-voz de grupos restritos exercem nos processos decisórios. Se é verdade que é necessário incluir na teoria socialista as outras esferas, é inegável que essas são cada vez mais sujeitas aos imperativos da economia e que hoje mais do que nunca é importante chamar a atenção para a dimensão meramente econômica que tende a prevalecer no debate público e na vida privada dos indivíduos. Há, em suma, certo déficit sociológico no que diz respeito ao funcionamento concreto da esfera pública nos processos decisórios e à natureza de tais processos nas democracias contemporâneas. Isso, junto à mencionada vagueza na definição das noções de sociedade e de capitalismo e à falta de considerações mais aprofundadas sobre formas alternativas de economia, faz com que o livro represente um esboço, mais do que uma proposta concreta de atualização da ideia de socialismo. Se, por um lado, Honneth consegue convencer o leitor de que ele não tem nenhuma intenção de renunciar à ideia de uma transformação radical das relações sociais existentes, por outro, suas propostas não deixam muito claro como tal transformação deveria acontecer, uma vez que o sujeito de tal transformação é uma esfera pública fugidia, cuja atenção para temas emancipatórios é intermitente e manipulável.

**Notas:**

<sup>1</sup> Professor associado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, S.C., Brasil. E-mail: alessandro@cfh.ufsc.br

<sup>2</sup> HONNETH, Axel. *Das Recht der Freiheit*. Berlin: Suhrkamp, 2011; cf. CAMPELLO, Filipe. “Do reconhecimento à liberdade social. Sobre *O direito da liberdade* de Axel Honneth”. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 23, 2013, 185-199; PINZANI, Alessandro. “O valor da liberdade na sociedade contemporânea. Sobre *Das Recht der Freiheit* de A. Honneth”. In: *Novos Estudos* (CEBRAP), 94, 2012, 207-215; SOBOTTKA, Emil. “A liberdade individual e suas expressões institucionais”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27/80, 2012, 219-223.

<sup>3</sup> HONNETH, Axel. *Kampf um Anerkennung*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1992 (*Luta por reconhecimento*. Tradução de L. Repa. São Paulo: Editora 34, 2003).

<sup>4</sup> FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. London; New York: Verso, 2003.

<sup>5</sup> Cf. HALL, Peter A.; SOSKICE, David (eds.). *Varieties of Capitalism. The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

<sup>6</sup> PICKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.